

Proteger o Plano Piloto e desenvolver as cidades

Futura secretária de Habitação quer fixar população em áreas pouco povoadas, rever lista do Idhab e regularizar condomínios

Tais Braga
Da equipe do **Correio**

A principal meta do futuro governo na área de desenvolvimento urbano será a preservação de Brasília como capital administrativa. Para manter as características da cidade, a estratégia será a aplicação de um plano ambicioso: desenvolver as cidades — principalmente Taguatinga, Ceilândia Samambaia e Gama — gerando empregos e fixando o morador e, internamente, ocupar as áreas em aberto, como o Setor Cultural Sul, Setor de Autarquias Norte e revitalizar a W3 Sul.

Um grande projeto do governo será a construção da Biblioteca e do Arquivo nacionais. “Temos um projeto do arquiteto Oscar Niemeyer para completar a Esplanada dos Ministérios”, informou a arquiteta Ivelise Longhi, futura secretária de Habitação. “O governador irá buscar os recursos junto ao governo federal”, completou.

Roriz também quer construir um segundo lago, na saída Sul de Brasília. O projeto seria uma parceria com o governo de Goiás e pretende garantir o abastecimento de água com a barragem do rio Corumbá. “Todas as ações do governo vão procurar preservar Brasília, ao mesmo tempo em que desenvolveremos o Entorno”, concluiu a arquiteta.

CONDOMÍNIOS

O diagnóstico da situação fundiária do Distrito Federal e a continuidade dos programas habitacionais serão duas das principais metas da futura secretária de Habitação. A arquiteta, que prefere não falar como titular do cargo sem antes conversar com o governador eleito Joaquim Roriz, disse que o próximo governo pretende



Ivelise, a nova secretária: contra novos assentamentos e invasões

regularizar definitivamente a situação dos condomínios.

“Os condomínios irregulares não diminuiram. Precisamos elaborar um mapa da terra, definir a quem pertence para, então, regularizar”, explicou. De acordo com o programa de governo apresentado por Roriz, não haverá mais assentamentos e o trabalho da nova secretária será o de resolver alguns focos de ocupação e orientar a urbanização das cidades seguindo as diretrizes de seus planos de ordenamento territorial.

“No primeiro governo Roriz, os assentamentos resolveram uma situação emergencial”, lembrou. Ivelise disse ter conhecimento de que “muita coisa está sendo ocu-

pada indevidamente mas o governo não vai permitir que isso continue”, destacou.

A invasão da Estrutural, que se tornou um dos principais problemas da administração Cristovam Buarque, deverá ser tratada como “uma questão política” pelo próximo governo. Para Ivelise, “é possível conciliar, não prejudicar as pessoas e permitir o desenvolvimento empresarial”. A área, ocupada por cerca de 10 mil pessoas, é destinada à construção de indústrias, uma extensão do Setor de Indústria e Abastecimento.

LOTES

Quem já recebeu lote, está participando de algum programa habitacional ou tem o seu nome na chamada “lista limpa” do Idhab não será prejudicado, segundo assegurou Ivelise. Ela avisa, porém, que pretende avaliar os critérios e o desenvolvimento de programas.

“Queremos conhecer a lista limpa. Não a vimos, não sabemos quais os critérios para sua elaboração, qual era a sua demanda e quem foi atendido”, queixou-se a arquiteta, que aproveitou para alfinetar o atual governo: “a ocupação de lotes semi-urbanizados continuou”.

As questões habitacionais e de desenvolvimento urbano do DF deverão integrar um sistema de planejamento unificado que está sendo estudado por técnicos do futuro governo. A idéia é estabelecer uma linguagem única para todos os órgãos do governo, informatizar os dados e utilizá-los em comum.

No que se refere à ocupação territorial, por exemplo, empresas como a Caesb (Companhia de Abastecimento e Esgoto de Brasília), CEB (Companhia Energética de Brasília) e secretarias de governo ou até mesmo o Detran deverão usar a mesma malha de informações. “Desta forma teremos um ritmo de trabalho mais ágil e mais completo”, prevê a futura secretária.